

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.005.240 - SP  
(2016/0273858-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832  
CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064  
**AGRAVADO** : CRISTIANE ROSA DE OLIVEIRA GOES  
**AGRAVADO** : GENITA LOPES DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : GISELA CRISTINA SPOLDARO SABINO  
**AGRAVADO** : ROSIMEIRY FORMIGA DE SOUZA  
**AGRAVADO** : SUZANA NOGUEIRA RUIS  
**ADVOGADO** : RONALDO DE ROSSI FERNANDES E OUTRO(S) - SP277348

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 497/508) interposto contra decisão desta relatoria que negou provimento ao agravo, mantendo a inadmissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 475/477).

Em suas razões, a agravante aponta o entendimento desta Corte de que a data da integralização a ser considerada para o cálculo da quantidade de ações devidas (para a correta aplicação da Súmula n. 371/STJ), no caso de planta comunitária de telefonia (PCT), seria a data da realização do laudo de avaliação e incorporação do sistema ao capital social da companhia.

Ao final, requer o provimento do recurso.

Não foi apresentada impugnação (e-STJ fl. 511).

É o relatório.

Decido.

Razão assiste à recorrente.

No presente caso, o contrato objeto da lide foi celebrado na modalidade PCT, tendo sido aplicada a Súmula n. 371/STJ, conforme se infere do acórdão recorrido (e-STJ fl. 273):

Incontrovertida nos autos a subscrição das ações em momento posterior à integralização, 1997 a 1999, em atitude que, diante da forte inflação na época, acarretou prejuízos aos acionistas com a redução dos títulos, dos dividendos e demais vantagens.

Para coibir o enriquecimento ilícito da empresa de telefonia e visando desestimular o inadimplemento contratual e, com isso, a insegurança jurídica, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, hoje consolidado na Súmula 371:

E, no julgamento dos aclaratórios (e-STJ fls. 295/296):

Alega a embargante que o aresto é omissivo no tocante à existência do novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da aplicação da Súmula 371/STJ, já encampada pela 3ª Câmara de Direito Privado - 3ª OJ desta Corte. Aponta omissão também com relação à data e ao valor da integralização utilizados para o cálculo das ações, considerando que a integralização ocorreu

por meio de dação em pagamento da rede telefônica, 0,0 cé) conforme passaram a decidir as 25a, 31a e 33a Câmaras de Direito Privado.

(...)

De qualquer modo, cumpre explicitar que a pretensão deduzida na petição inicial não está escorada na alegação de enriquecimento sem causa por parte da embargante, dado que não se cuidou de dação em pagamento da rede de telefonia cujo pagamento foi suportado pelos aderentes ao PCT, dentre os quais as embargadas. Tanto isso é verdade que houve a entrega de ações às embargadas, em retribuição ao que pagaram pela implantação da rede depois incorporada ao patrimônio da embargante, sendo certo que o postulado na inicial é a diferença de ações, a pretexto de que insuficientes aquelas entregues originalmente.

O aresto embargado, demais disso, manteve o que ficou decidido em primeiro grau, oportunidade em que foram explicitados os parâmetros a serem observados quando da liquidação, parâmetros esses traçados pela Súmula nº 371, do Superior Tribunal de Justiça.

Entretanto, esta Corte possui jurisprudência no sentido de que, nos casos em que a integralização ocorre mediante dação de bem à empresa de telefonia, e não por pagamento de quantia pelo consumidor, não se aplica o critério do balancete mensal previsto na Súmula n. 371/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PLANTA COMUNITÁRIA DE TELEFONIA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CRITÉRIO. INCORPORAÇÃO DA PLANTA TELEFÔNICA AO PATRIMÔNIO DA CONCESSIONÁRIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nos contratos firmados no sistema de Planta Comunitária de Telefonia (PCT), somente com a incorporação da rede telefônica ao patrimônio da concessionária é que surge o dever de ressarcir o consumidor por meio de subscrição de ações.
2. O valor a ser considerado para o cálculo do número de ações a serem subscritas deve ser o da avaliação do bem incorporado ao patrimônio da companhia telefônica, e não o montante pago à construtora pelo adquirente da linha telefônica, sendo, portanto, inviável a aplicação, na hipótese, da Súmula 371/STJ. Precedentes.
3. Agravo interno a que se nega provimento.  
(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.610.514/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/5/2019, DJe 30/5/2019.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFONIA. CONTRATO DE ADESÃO AO PLANO DE EXPANSÃO DE TELEFONIA. PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE DIFERENÇA DE AÇÕES.

1. Controvérsia acerca da aplicação do critério do balancete mensal a um contrato de planta comunitária de telefonia - PCT com previsão de retribuição de ações condicionada à integralização do capital mediante dação da planta comunitária à companhia telefônica, nos termos da Portaria 117/1991 do Ministério das Comunicações.
2. Nos termos do Enunciado n.º 371/STJ: "nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização".
3. Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, a data da integralização, mencionada no Enunciado n.º 371/STJ, é a data do pagamento do preço estabelecido no contrato, ou a do pagamento da primeira parcela, no caso de parcelamento.
4. Particularidade dos contratos da modalidade PCT, em que a integralização do capital não se dá em dinheiro, no momento do pagamento do preço, mas mediante a entrega de bens, em momento posterior ao pagamento do preço, com a incorporação da planta comunitária ao acervo patrimonial da companhia telefônica.

5. Necessidade de prévia avaliação e de aprovação da assembléia geral da companhia, para a integralização do capital em bens ('ex vi' do art. 8º da Lei 6.404/1976).
6. Inviabilidade de aplicação do Enunciado n.º 371/STJ aos contratos de participação financeira celebrados na modalidade PCT.
7. Precedente específico da QUARTA TURMA desta Corte Superior no mesmo sentido.
8. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.
9. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no AgInt nos EDcl no REsp n. 1.602.441/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 17/5/2019.)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESA DE TELEFONIA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PLANTA COMUNITÁRIA DE TELEFONIA - PCT. CRITÉRIO DO BALANCETE MENSAL. SÚMULA 371/STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Controvérsia acerca da aplicação do critério do balancete mensal a um contrato de planta comunitária de telefonia - PCT com previsão de retribuição de ações condicionada à integralização do capital mediante dação da planta comunitária à companhia telefônica, nos termos da Portaria 117/1991 do Ministério das Comunicações.
2. Nos termos da Súmula 371/STJ: "nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização".
3. Na linha da jurisprudência desta Corte Superior, a data da integralização, mencionada na Súmula 371/STJ, é a data do pagamento do preço estabelecido no contrato, ou a do pagamento da primeira parcela, no caso de parcelamento.
4. Particularidade dos contratos da modalidade PCT, em que a integralização do capital não se dá em dinheiro, no momento do pagamento do preço, mas mediante a entrega de bens, em momento posterior ao pagamento do preço, com a incorporação da planta comunitária ao acervo patrimonial da companhia telefônica.
5. Necessidade de prévia avaliação e de aprovação da assembleia geral da companhia, para a integralização do capital em bens ('ex vi' do art. 8º da Lei 6.404/1976).
6. Inviabilidade de aplicação da Súmula 371/STJ aos contratos de participação financeira celebrados na modalidade PCT.
7. Precedente específico da QUARTA TURMA desta Corte Superior no mesmo sentido.
8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp n. 1.742.233/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 8/10/2018.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA. PROGRAMA COMUNITÁRIO DE TELEFONIA (PCT). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. APORTE FINANCEIRO DE PROMITENTES ASSINANTES. SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA. INCORPORAÇÃO DA PLANTA TELEFÔNICA AO PATRIMÔNIO DA CONCESSIONÁRIA. CRITÉRIO DE RETRIBUIÇÃO EM AÇÕES.

1. No Programa Comunitário de Telefonia (PCT), os adquirentes de linhas telefônicas celebraram contratos com as construtoras, pagando o preço com elas combinado. Não houve pagamentos por eles feitos à concessionária do serviço público de telefonia. Esta comprometeu-se a interligar as plantas telefônicas ao seu sistema, prestar o serviço telefônico e incorporar as plantas ao seu patrimônio (aumento de capital), retribuindo aos titulares das linhas telefônicas, mediante subscrição de ações, o valor de avaliação do bem incorporado. A subscrição tinha por base o valor de avaliação do bem indivisível incorporado (planta), dividido pelo número de adquirentes de linhas telefônicas.
2. A incorporação da planta telefônica não se deu quando dos aportes financeiros à construtora realizados pelos adquirentes das linhas, do que decorre a impropriedade de se pretender utilizar os valores de tais aportes, e as datas em que realizados, como

# *Superior Tribunal de Justiça*

balizas para o cálculo do quantitativo de ações. Na época dos aportes, as plantas não existiam, a significar que, ausente patrimônio a incorporar, não houvera ainda integralização, da qual dependia a avaliação e a contraprestação em ações.

3. O aumento de capital deu-se com a incorporação da planta telefônica ao patrimônio da ré. Nos termos do artigo 8º, §§ 2º e 3º, da Lei 6.404/1976, o cálculo do número de ações a serem subscritas em favor de cada titular de linha telefônica deve levar em conta o valor de avaliação do bem incorporado.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.166.343/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 14/6/2018.)

Sendo assim, o entendimento da Corte estadual encontra-se em confronto com a jurisprudência desta Corte, merecendo reforma quanto ao ponto.

Ante o exposto, RECONSIDERO em parte a decisão agravada (e-STJ fls. 475/477), CONHEÇO do agravo e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que o Tribunal verifique se o cálculo do número de ações devidas foi realizado nos termos da jurisprudência explicitada e prossiga no julgamento do recurso como entender de direito.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator